CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 1381/89

Interessada : Célia Maria Benedicto

Assunto: Indicação da interessada para lecionar as disciplinas "Metodologia do Ensino de 1º Grau" e "Didática" na FFCL de Santo André.

Relator: Consº Celso de Rui Beisiegel

Parecer CEE nº 140/90 CTG "D" Aprovado em 31.01 .90

Comunicado ao Pleno em 14.02.90

1. HISTÓRICO:

A direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André submete ao Conselho a indicação de Célia Maria Benedicto para, na categoria de Professor I ministrar as disciplinas "Metodologia do Ensino de 1º Grau" e Didática junto ao Departamento de Educação e Departamento de Didática nos cursos de Pedagogia.

2. APRECIÇÃO:

A interessada é licenciada em Pedagogia-1986, pela Faculdade de Educação da USP.

Concluiu também as habilitações em Supervisão Escolar e Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º Grau-1986 e Administração Escolar e Inspeção Escolar 1º/2º Graus- 1985.

É aluna regularmente matriculada no Curso de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, área de concentração em História e Filosofia da Educação, na Faculdade de Educação-USP.

A grade horária anexada está de acordo com a Deliberação CEE nº 10/86.

3. CONCLUSÃO:

Nos termos da Deliberação CEE nº 05/80, reconhece-se a qualificação de Célia Maria Benedicto para lecionar, na categoria de Professor I, as disciplinas "Metodologia do Ensino de 1º Grau" e "Didática" na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André.

A contratação de responsabilidade da FFCL de Santo André, tem caráter excepcional, em regime de CLT, consoante o art. 37 da Constituição Federal.

São Paulo, 28 de dezembro de 1989

a) Consº Celso de Rui Beisiegel
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator. O Consº João Gualberto de Carvalho Meneses foi voto vencido , nos termos de sua declaração de voto anexa.

Presentes os nobres Conselheiros:

Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, João Gualberto de Carvalho Meneses, Newton César Balzan e Ubiratan D'Ambrosio.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 31.01.90

a) Consº Celso de Rui Beisiegel
Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

O art.37 da Constituição Federal de 05/10/88 estabelece os princípios referentes à administração pública, entre os quais, que "a investidura em cargo ou emprego publico depende de aprovação previa em concurso público de provas ou de provas e títulos ..." (inciso II). Os estabelecimentos de ensino superior municipais (publicos) continuam, entretanto, recrutando docentes sem a observância do dispositivo constitucional. Somos de opinião que a Câmara do Terceiro Grau e o Conselho Estadual de Educação deveriam adotar medidas urgentes para impedir a continuidade dessas irregularidades e, para isso, propomos:

1. asustação da apreciação de indicação de professores nos termos da Deliberação CEE nº 05/80;

2. solicitação aos estabelecimentos municipais de ensino superior para que proponham alterações em seus regimentos, adaptando-os às normas constitucionais federal e estadual, no prazo de 30 (trinta) dias.

3. que, enquanto isso os citados estabelecimentos apenas contratariam, docentes em casos de substituição por tempo determinado,

4. que esta declaração de voto se destine à inclusão nos votos contra: dados em processos de indicação de docentes de estabelecimentos municipais de ensino superior.

São Paulo, 29 de novembro de 1989.

a) Cons. João Gualberto Carvalho Meneses
Autor